



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

Voto de protesto e repúdio n.º 257/XIII-2ª

Pelas palavras insultuosas do presidente do Eurogrupo e a nova ameaça de sanções a Portugal por parte do Banco Central Europeu

Durante vários anos, o povo e o país foram sujeitos a uma brutal política de intensificação da concentração e centralização de riqueza, de agravamento da exploração, de empobrecimento e de submissão a imposições alheias às suas necessidades e interesses, nomeadamente no quadro do Euro e da União Europeia, visando o saque e a concentração de recursos dos trabalhadores e do País nas operações de financiamento do capital financeiro.

A realidade, no entanto, veio a confirmar que não só não foram alcançados os resultados anunciados como objetivos dessas medidas, como também, em resultado dessas opções, se agravaram injustiças e desigualdades e se afundou económica e socialmente o país.

A expressão popular de rejeição dessas políticas e de exigência da sua reversão tem encontrado tradução nas medidas de reposição de direitos e rendimentos alcançadas no quadro político resultante das eleições de 4 de outubro de 2015.

Ao longo de 2016, Portugal foi fustigado por diversificadas pressões, incluindo com a ameaça de sanções a aplicar pela União Europeia no âmbito de um procedimento por défice excessivo, no que se traduziu numa inaceitável ingerência nas opções do povo português e na confirmação de uma postura da União Europeia de procurar dificultar ou mesmo impedir a concretização da reposição de direitos e rendimentos dos portugueses.

Afastado que foi o pretexto do “défice excessivo”, na medida em que Portugal cumpriu, e até superou, as exigências de correção do défice feitas pela União Europeia, apesar dos constrangimentos que esse cumprimento implicou para a economia nacional e das severas limitações que impôs à necessária reposição de direitos e ao melhoramento das condições de vida que os portugueses exigem e têm direito, eis que o povo português é de novo confrontado com insultos e ameaças inaceitáveis vindas dos mais altos responsáveis da União Europeia.

Ao mesmo tempo que o Presidente do Eurogrupo se permite acusar Portugal de gastar dinheiro em “álcool e mulheres”, o Banco Central Europeu permite-se ameaçar Portugal com um novo processo de sanções agora com o pretexto dos “desequilíbrios macroeconómicos excessivos”.

Assim, a Assembleia da República:

1- Expressa o seu protesto e repúdio pelas afirmações insultuosas do Presidente do Eurogrupo relativamente a Portugal e reclama o seu afastamento desse cargo.

2 – Repudia as pressões que, sob a forma de ameaça de sanções, visam o condicionamento do debate político e das decisões que só ao povo português e aos órgãos de soberania nacional cabe tomar;

3- Considera que a eventual aplicação de sanções a Portugal constitui uma forma de ingerência contrária ao interesse nacional, que deve ser rejeitada pelos órgãos de soberania nacional e pelos representantes do povo português nas instituições da União Europeia;

4- Considera que a recusa das ameaças e das pressões sobre Portugal deve considerar a rejeição dos mecanismos que lhe estão associados, nomeadamente o Tratado Orçamental, os diplomas da Governação Económica e o processo do semestre europeu.

Assembleia da República, 22 de março de 2017

Os Deputados,

JOÃO OLIVEIRA; JERÓNIMO DE SOUSA; ANTÓNIO FILIPE; PAULO SÁ; JORGE MACHADO;  
BRUNO DIAS; DIANA FERREIRA; JOÃO RAMOS; ANA MESQUITA; ANA VIRGÍNIA PEREIRA;  
RITA RATO; FRANCISCO LOPES